

CONCURSO PÚBLICO

# ESPECIALISTA EM FINANÇAS PÚBLICAS

## *CURSO INTENSIVO DE FORMAÇÃO*

Data: 16/10/2012  
Duração: 3 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este **Caderno**, com 40 (quarenta) questões da Prova Objetiva do Curso Intensivo de Formação, sem repetição ou falha, assim distribuídas:

Finanças Públicas	Auditoria	Contabilidade Pública	Orçamento Público
01 a 10	11 a 20	21 a 30	31 a 40

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo:



05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

a) Utilizar ou consultar cadernos, livros, notas de estudo, calculadoras, telefones celulares, pagers, walkmans, réguas, esquadros, transferidores, compassos, MP3, Ipod, Ipad e quaisquer outros recursos analógicos.

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

**Observações:** *Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.*

*O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.*

*Somente decorridas 2 horas de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.*

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

## FINANÇAS PÚBLICAS

**01.** Quando o mercado falha, há uma justificativa teórica para a intervenção do Estado. O quadro abaixo apresenta uma lista de bens ou atividades que normalmente sofrem a interferência do governo em sua produção ou distribuição. Faça uma associação entre estes bens que sofrem a interferência do Estado (na primeira coluna) e a falha de mercado que justifica esta intervenção (na segunda coluna) numerando a segunda coluna de acordo com a primeira.

Bem	Falha de mercado
1- Seguros para produção agrícola	( ) Bem público
2- Rótulos com informações nutricionais	( ) Falha distributiva
3- Sistemas de distribuição de água	( ) Falha informacional
4- Segurança nacional	( ) Mercado incompleto
5- Distribuição de cestas básicas	( ) Monopólio natural

A ordem correta resultante é:

- A) 4 – 5 – 2 – 1 – 3  
 B) 1 – 3 – 5 – 4 – 2  
 C) 4 – 2 – 5 – 1 – 3  
 D) 3 – 2 – 4 – 1 – 5  
 E) 2 – 4 – 3 – 5 – 1

**02.** O aquecimento global vem chamando a atenção para a importância da preservação do meio ambiente. E o mais preocupante é que o sistema de preços não tem demonstrado capacidade de corrigir o problema deixando que as externalidades negativas assumam uma grave proporção. Caso o sistema de preços estivesse funcionando corretamente ele sinalizaria:

- I. Que as atividades de conservação dos ecossistemas e florestas geram para a sociedade um valor maior do que o que é pago por elas.  
 II. Que o real custo de produção de insumos poluentes é maior do que o considerado pelos vendedores no cálculo dos preços.  
 III. Que o real custo de produção de insumos poluentes é menor do que o considerado pelos vendedores no cálculo dos preços.  
 IV. Que o reuso e a reciclagem tem um valor maior para a sociedade, maior do que é pago por eles.

Das afirmativas acima:

- A) apenas a afirmativa I está correta  
 B) as afirmativas I, II e IV estão corretas  
 C) apenas a afirmativa III está correta  
 D) todas as afirmativas estão corretas  
 E) apenas as afirmativas I e II estão corretas

**03.** Considere a seguinte afirmativa: “Se nosso objetivo é tributar os mais ricos, devemos aumentar o imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e diminuir o imposto sobre as pessoas físicas. Afinal, normalmente, as empresas têm mais dinheiro do que as pessoas”. Esta afirmativa:

- A) É falsa. Há muitas pessoas com renda mais elevada do que as empresas. Se queremos tributar os mais ricos devemos cobrar imposto de renda tanto das empresas como das pessoas  
 B) É verdadeira. A arrecadação do imposto de renda quando focaliza a pessoa jurídica tributa o lucro dos acionistas e, como os acionistas normalmente são mais ricos, seu impacto é progressivo  
 C) É falsa. Normalmente, quando são submetidas à cobrança do imposto de renda sobre a pessoa jurídica, as empresas repassam a carga dos impostos para seus empregados, mediante o pagamento de salários mais baixos. Seu impacto é regressivo  
 D) É falsa. Normalmente, quando são submetidas à cobrança do imposto de renda sobre a pessoa jurídica, as empresas repassam a carga dos impostos para seus consumidores, mediante a cobrança de preços mais elevados. O impacto só será progressivo se os consumidores forem relativamente ricos  
 E) É falsa. É muito difícil saber sobre quem recai o gravame do imposto de renda da pessoa jurídica. Tanto pode ser pago pelos acionistas, como por empregados, ou ainda por consumidores, dependendo das circunstâncias específicas de cada mercado. Por esta razão, com o objetivo de promover a equidade, a tributação da pessoa física é mais eficaz

**04.** As mudanças do sistema tributário feitas na Constituição de 1988 tinham como principal objetivo a descentralização da receita tributária para dar mais autonomia aos governos subnacionais. Passados mais de 20 anos verifica-se que a receita tributária foi recentralizada, aumentando a participação do governo federal nos totais arrecadados. Esta recentralização pode ser mais bem explicada pelo seguinte fato:

- A) a máquina de arrecadação do governo federal melhorou mais do que a dos demais níveis de governo, permitindo um efetivo combate à sonegação do Imposto de Renda  
 B) as receitas de todos os impostos federais (e não apenas a do Imposto de Renda) aumentaram mais do que as receitas dos governos subnacionais  
 C) as transferências previstas na constituição nunca foram feitas. As receitas nunca foram descentralizadas, apesar das intenções dos constituintes  
 D) o governo federal criou novos impostos e contribuições não compartilhados com as demais esferas de governo  
 E) a arrecadação do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados – aumentou muito em consequência de uma forte onda de industrialização

**05.** O déficit público tem sido um dos principais protagonistas da política macroeconômica brasileira. Desde os anos oitenta, conceitos diferentes de déficit foram sendo adotados para lidar com as questões de política econômica de maior relevância para a ocasião. Atualmente, sabemos que não há um conceito de déficit que atenda em todas as circunstâncias e vários devem coexistir respondendo às questões particulares para as quais são mais adequados. Ultimamente, o conceito de Superávit Primário tem assumido o papel central. Identifique as afirmativas abaixo sobre o superávit primário como falsas ou verdadeiras e depois selecione uma das respostas:

- ( ) Como nos últimos anos as NFSP – Necessidades de Financiamento do Setor Público no conceito primário tem sido negativas, significando um superávit, podemos concluir que o déficit público já não existe mais  
 ( ) O conceito de Superávit Primário é mais adequado para o julgamento da política fiscal do que as NFSP – Necessidades de Financiamento do Setor Público no conceito nominal  
 ( ) Quando o superávit primário é exatamente igual ao juros sobre a dívida pública o déficit público nominal é zero  
 ( ) Uma das graves consequências do déficit público dos últimos 5 anos é que seu financiamento tem provocado uma grande expansão da base monetária pressionando a inflação  
 ( ) Uma das vantagens de se calcular o déficit público acima da linha (a partir dos orçamentos individuais) é que este método é mais prático e rápido

- A) V – V – F – V – F  
 B) V – V – V – V – F  
 C) F – V – V – F – F  
 D) V – F – V – F – V  
 E) F – F – F – F – V

**06.** Seguindo a mesma tradição dos agregados que mensuram o déficit, também os conceitos de dívida vem se alterando para se adequar às necessidades do momento. Identifique as afirmativas abaixo sobre a dívida pública como **falsas** ou **verdadeiras** e depois selecione uma das respostas:

- ( ) No passado, a dívida externa causava muita preocupação, mas hoje em dia é a dívida interna quem ocupa o papel principal. A dívida externa perdeu a relevância
- ( ) As reservas internacionais brasileiras, dentre outros itens, são descontadas da dívida bruta quando se calcula o valor da DLSP - Dívida Líquida do Setor Público
- ( ) Uma das principais razões para o aumento da dívida interna no final do governo Fernando Henrique foi a renegociação das dívidas dos estados e municípios que implicaram na transferência de parte das dívidas dos governos subnacionais para o governo federal
- ( ) A geração de superávits primários tem um papel relevante no controle da evolução da relação Dívida/PIB.
- ( ) A evolução da relação Dívida/PIB é fundamental para a avaliação do nível de risco dos títulos públicos brasileiros

- A) V - V - F - V - F
- B) V - V - V - V - F
- C) F - V - V - F - F
- D) V - F - V - F - V
- E) V - V - V - V - V

**07.** A previdência social dos trabalhadores do setor privado no Brasil é muito mais generosa com as mulheres do que com os homens. Como exemplo para as diferenças de tratamento para os dois sexos podemos citar:

- A) quando ficam doentes as mulheres recebem um benefício maior do que os homens
- B) o benefício dos homens é calculado pela média das 80% maiores contribuições depois julho de 1994. Quando o cálculo é feito para as mulheres há um acréscimo de 20% neste valor
- C) o cálculo do benefício para homens e mulheres é o mesmo, mas as mulheres tem que trabalhar 5 anos menos e normalmente vivem mais
- D) A maioria das categorias profissionais dá mais vantagens para as mulheres do que para os homens pagando inclusive salários um pouco mais elevados
- E) A pensão das viúvas é vitalícia e dos viúvos é temporária

**08.** O Programa Bolsa Família tem dado uma contribuição fundamental para a melhoria da distribuição de renda no Brasil apesar do dispêndio público com o programa ser relativamente pequeno. O Programa segue uma tendência internacional de introduzir condicionalidades na concessão de benefícios sociais. Indique qual das exigências abaixo não faz parte das condicionalidades do Programa Bolsa Família:

- A) os beneficiários devem vacinar e acompanhar o desenvolvimento das crianças menores de 7 anos
- B) Quando grávidas, ou em fase de amamentação, as mulheres devem fazer o pré-natal e cuidar de sua própria saúde e da saúde do bebê
- C) todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%
- D) Os beneficiários se comprometem a ajudar as crianças em seus deveres de casa cuidando para que o ambiente doméstico seja propício aos estudos
- E) crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Peti e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal

**09.** O Brasil tem uma dívida com sua área social que vem procurando resgatar. Frases do tipo: "Tudo pelo social", "Brasil, país de todos" e "País rico é país sem pobreza" lembram que esta é uma prioridade há alguns anos. Sobre o gasto social do governo federal no período 1995-2005 podemos afirmar o seguinte:

- I- O gasto social cresceu mas sua participação no PIB variou em consequência das flutuações econômicas
  - II- O gasto social cresceu mas não chegou a abranger todos os brasileiros em posição vulnerável
  - III- O gasto social cresceu mas a qualidade dos serviços públicos em áreas importantes como a saúde permaneceu insatisfatória
  - IV- O gasto social cresceu mas os gastos com a previdência que não focalizam os mais pobres cresceu relativamente mais
  - V- Em 2005, os gastos com a Assistência Social que beneficiam os mais pobres e incluem o Bolsa-Família, os benefícios para idosos e deficientes e a erradicação do trabalho infantil representavam apenas cerca de 6% do gasto social do governo federal.
- A) Todas as afirmações são verdadeiras
  - B) Todas as afirmações são falsas
  - C) Apenas as afirmações I, III e V são verdadeiras
  - D) Apenas as afirmações II e IV são verdadeiras
  - E) Apenas a afirmação III é verdadeira

**10.** Nos últimos anos tem havido grande convergência de pensamento no Brasil no sentido de reconhecer a importância dos gastos em educação para auxiliar na superação de vários problemas sociais. Esta convergência ainda não atingiu muitos resultados, mas alguns problemas já estão quase superados. Como exemplos podemos citar somente:

- I- a regressividade dos dispêndios com o nível superior.
  - II- a baixa qualidade do ensino
  - III- a baixa cobertura no ensino fundamental
  - IV- a baixa cobertura no ensino médio
  - V- a baixa remuneração dos professores
- A) 4 e 5
  - B) 4
  - C) 1 e 2
  - D) 3
  - E) 2,3 e 4

## AUDITORIA

**11.** O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, cuja gestão compete à Secretaria de Estado de Fazenda, é composto por dois subsistemas: Subsistema de Auditoria e Subsistema de Contabilidade. Assim, pergunta-se quem é o órgão central do Subsistema de Auditoria?

- A) Controladoria Geral do Estado
- B) Controle Geral do Estado
- C) Auditoria Geral do Estado
- D) Corregedoria Geral do Estado
- E) Ouvidoria Geral do Estado

**12.** A Constituição Estadual estabelece as finalidades para o sistema de controle interno. Estabelece, ainda, a existência de dois tipos de controle: o interno e o externo. Qual é o órgão que desempenha atividades de controle externo no âmbito do Governo do Estado do Rio de Janeiro?

- A) Tribunal de Contas da União
- B) Tribunal de Contas do Estado
- C) Tribunal de Contas do Município
- D) Auditoria Geral do Estado
- E) Contadoria Geral do Estado

**13.** Trata-se de uma matriz que possibilita ao auditor esquematizar de forma clara e concisa o que se deseja analisar, as informações que se deseja obter e como obter essas informações. Nesse contexto,

- A) Matriz de Planejamento
- B) Matriz de Procedimentos
- C) Matriz de Achados
- D) Matriz de Relatório
- E) Matriz de Recomendações

**14.** Que tipo de Certificado de Auditoria é emitido quando for evidenciada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal ou, ainda, a prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico que não seja de natureza grave e não represente injustificado dano ao erário?

- A) Regular
- B) Regular com Ressalva
- C) Regular com Impropriedade
- D) Irregular
- E) Irregular com Ressalva

**15.** É o processo em que se avalia a adequação dos processos, procedimentos e das atividades das unidades auditadas com a legislação e os regulamentos aplicáveis. Verificam-se todos os aspectos relacionados com as seguintes gestões:

- A) Auditoria de Conformidade
- B) Auditoria de Natureza Operacional
- C) Auditoria de não conformidade
- D) Auditoria Irracional
- E) Auditoria de Fiscalização

**16.** É o procedimento pelo qual, por iniciativa pessoal, pessoa física, órgão ou entidade, por final de exercício ou gestão, prestarão contas ao órgão competente da legalidade, legitimidade e economicidade da utilização dos recursos orçamentários e extra-orçamentários, da fidelidade funcional e do programa de trabalho.

- A) Prestação de Contas
- B) Tomada de Contas
- C) Tomada de Contas Especial
- D) Prestação de Tomada de Contas
- E) Tomada de Contas Extraordinária

**17.** A Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Decreto 43.463/2012, estabeleceu como macroprocessos para o desenho do sistema de controle interno a:

- A) Auditoria e Ouvidoria
- B) Auditoria e Contabilidade
- C) Auditoria e Controladoria
- D) Corregedoria e Ouvidoria
- E) Corregedoria e Auditoria

**18.** Em que tipo de análise os auditores avaliam os pontos fortes e fracos e as ameaças e oportunidades de um projeto ou de uma gestão?

- A) Análise de Riscos
- B) Análise de Achados
- C) Análise de Procedimentos
- D) Análise SWOT
- E) Análise SWAP

**19.** É o instrumento mediante o qual se busca selecionar os programas com base em questões que atribuam valor para os critérios de relevância, risco e materialidade. Aqueles programas mais bem pontuados na matriz serão objeto de estudo de viabilidade que indicará as oportunidades para se realizar uma auditoria de natureza operacional.

- A) Matriz de Planejamento
- B) Matriz de Procedimentos
- C) Matriz de Riscos
- D) Matriz de Relatório
- E) Matriz de Achados

**20.** Em relação às técnicas de auditoria, qual é a que consiste na avaliação das informações feitas por meio de estudo das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros, incluindo também a investigação de flutuações e relações identificadas que sejam inconsistentes com outras informações relevantes ou que se desviem significativamente dos valores previstos?

- A) Inspeção
- B) Observação
- C) Indagação
- D) Confirmação Externa
- E) Procedimentos Analíticos

## CONTABILIDADE PÚBLICA

**21.** A Contabilidade Pública é o ramo da ciência contábil que:

- A) é aplicada à toda estrutura da administração privada
- B) é aplicada apenas à administração direta
- C) é aplicada apenas à administração indireta
- D) aplica na administração pública técnicas de registro dos atos e fatos administrativos, apurando os resultados e elaborando relatórios periódicos
- E) não se aplica aos conselhos profissionais e aos serviços sociais

**22.** A contabilidade Pública estuda, controla e demonstra a organização e execução dos orçamentos, dos atos e fatos administrativos da fazenda pública, o patrimônio público e suas variações. Essas demonstrações atendem a vários objetivos tais como:

- A) apuração de responsabilidade
- B) elaboração de prestação de contas
- C) suporte à tomada de decisões
- D) instrumentalização do controle social
- E) todas alternativas acima

**23.** O regime contábil da despesa e receita, orçamentárias, é respectivamente:

- A) caixa e caixa
- B) competência e caixa
- C) caixa e competência
- D) unidade de pagamento e de recebimento
- E) competência e competência

**24.** De acordo com as regras da contabilidade aplicada ao setor público, é correto afirmar que o patrimônio público é dividido em:

- A) ativos e passivos
- B) bens e direitos
- C) bens e patrimônio líquido
- D) passivos e patrimônio líquido
- E) ativos, passivos e patrimônio líquido

**25.** De acordo com a Lei 4320/64, pertencem ao exercício financeiro:

- A) as receitas previstas e as despesas pagas
- B) as receitas lançadas e as despesas fixadas
- C) as receitas previstas e as despesas fixadas
- D) as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas
- E) as receitas arrecadadas e as despesas pagas

**26.** O SIAFEM possui destinação:

- A) facultativa, somente aos municípios
- B) obrigatória, somente aos municípios
- C) facultativa, aos estados e municípios
- D) obrigatória, aos estados e municípios
- E) obrigatória, somente aos estados

**27.** A contabilidade manterá registros:

- A) sintéticos dos bens móveis e imóveis e inventário analítico de cada unidade administrativa
- B) genérico dos bens móveis e imóveis e inventário analítico de cada unidade administrativa
- C) quando houver determinação do gestor
- D) analítico dos bens móveis e imóveis e inventário opcional de cada unidade administrativa
- E) opcional dos bens móveis e imóveis e inventário opcional de cada unidade administrativa

**28.** O Balanço Orçamentário apresentará:

- A) apenas as receitas previstas
- B) somente as despesas e receitas previstas
- C) as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas
- D) somente as despesas e receitas realizadas
- E) as receitas e despesas previstas. No entanto, o confronto com as realizadas serão evidenciadas pelo balanço financeiro

**29.** Considerando os valores abaixo apurados em determinado exercício financeiro, o resultado orçamentário apresentou:

Receitas corrente – R\$ 120,00

Receitas de Capital – R\$ 100,00

Despesas Correntes – R\$ 100,00

Despesas de Capital – R\$ 80,00

- A) déficit orçamentário de R\$ 20,00
- B) superávit corrente de R\$ 40,00
- C) déficit de capital de R\$ 20,00
- D) superávit orçamentário de R\$ 40,00
- E) déficit orçamentário de R\$ 40,00

**30.** De acordo com a NBCT 16.2, atualizada pela Resolução CFC 1.268, os sistema de contabilidade é composto pelos subsistemas:

- A) Patrimonial e Financeiro
- B) Orçamentário, Financeiro e Patrimonial
- C) Orçamentário, Compensação, Financeiro e Patrimonial
- D) Orçamentário, Patrimonial, de Custos e Compensação
- E) Financeiro, Patrimonial, de Custos e Compensação

## ORÇAMENTO PÚBLICO

**31.** Qual é o principal papel do Analista em Finanças Públicas ao exercer suas funções no âmbito da gestão da Política Fiscal, da gestão da Conta Única do Tesouro e da gestão da Programação Financeira?

- A) Conduzir a Gestão da Programação Financeira à luz da Política Fiscal
- B) Estabelecer as prioridades do pagamento dos gastos na LOA
- C) Conduzir a conciliação da Conta Única à luz da Política Fiscal
- D) Estabelecer as prioridades dos gastos na LOA
- E) Conduzir a Gestão da Arrecadação de Impostos e Taxas

**32.** Qual é o classificador orçamentário que utilizado no PPA garante a vinculação deste à LOA de forma unívoca?

- A) Unidade Orçamentária
- B) Unidade Gestora
- C) Produto
- D) Ação
- E) Fonte de Recursos

**33.** Qual é o classificador orçamentário que, quando utilizado, estabelece um relacionamento entre as Despesas e as Receitas detalhadas na LOA/RJ?

- A) Unidade Orçamentária
- B) Unidade Gestora
- C) Produto
- D) Ação
- E) Fonte de Recursos

**34.** Determinações legais vinculam parte da receita pública à despesas específicas, diminuindo a autonomia de decisão de alocação de recursos por parte do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro. Estas vinculações são tratadas como condicionantes das despesas elencadas no PPA/RJ e na LOA/RJ.

Podemos citar como exemplos destas vinculações:

- I- Educação: Constituição Federal, de 1988, artigo 212
- II- Saúde: Constituição Federal, de 1988, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, artigo 77, inciso II e parágrafo 4º
- III- FECAM: Constituição Estadual do Rio de Janeiro, de 1989, artigo 263, parágrafo 1º, inciso 1

A alternativa correta em relação às afirmativas acima descritas é:

- A) Somente I e II estão corretas
- B) Somente II e III estão corretas
- C) Somente I e III estão corretas
- D) I, II e III não estão corretas
- E) I, II e III estão corretas

**35.** A elaboração e a execução da LOA são condicionadas a qual instrumento legal?

- A) LOA
- B) LDO
- C) Emendas Parlamentares
- D) Política Fiscal
- E) LRF

**36.** A Contextualização da Política Fiscal deve ser composta no mínimo de:

- I- Cenário Macroeconômico, Estratégias de Desenvolvimento e as Finanças Públicas do Estado
- II- Oportunidades de Parcerias de Concessões demandadas pelo Estado
- III- Macro-objetivos e Objetivos Setoriais estabelecidos pelo Governo eleito

A alternativa correta em relação às afirmativas acima descritas é:

- A) Somente I e II estão corretas
- B) Somente II e III estão corretas
- C) Somente I e III estão corretas
- D) I, II e III não estão corretas
- E) I, II e III estão corretas

**37.** O principal instrumento de gestão da Política Fiscal no âmbito das Finanças Públicas é:

- A) a LDO
- B) o PPA
- C) a LOA
- D) a Programação Financeira
- E) a Conta Única do Tesouro

**38.** O financiamento da LOA é realizado por:

- I- Receitas Públicas
- II- Transferências Obrigatórias e Voluntárias
- III- Operações de Crédito

A alternativa correta em relação às afirmativas acima descritas é:

- A) Somente I e II estão corretas
- B) Somente II e III estão corretas
- C) Somente I e III estão corretas
- D) I, II e III não estão corretas
- E) I, II e III estão corretas

**39.** É o papel do Tesouro Estadual na fase de pagamento da despesa durante a execução da despesa orçamentária.

- I- Ordenador do Pagamento
- II- Validador do Pagamento
- III- Auditor do Pagamento

A alternativa correta em relação às afirmativas acima descritas é:

- A) Somente I e II estão corretas
- B) Somente II e III estão corretas
- C) Somente I e III estão corretas
- D) I, II e III não estão corretas
- E) I, II e III estão corretas

**40.** A cota financeira é um instrumento detalhado, no mínimo, com os seguintes classificadores orçamentários:

- I- Função e Subfunção
- II- Fonte de Recursos
- III- Classificador Econômico da Despesa

A alternativa correta em relação às afirmativas acima descritas é:

- A) Somente I e II estão corretas
- B) Somente II e III estão corretas
- C) Somente I e III estão corretas
- D) I, II e III não estão corretas
- E) I, II e III estão corretas